

Leis e Documentos que regem a Educação Física escolar brasileira: uma breve apresentação

(Documents and laws governing school Physical Education in Brazil: a brief presentation)

Andreia Cristina Metzner¹

¹Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro/SP
acmetzner@hotmail.com

Abstract. *The historical development of physical education was marked by strong influences received from other areas, which contributed to his current term as a curricular component. In the 90s, with the promulgation of the New Law of Directives and Bases of National Education, Physical Education has been considered an obligatory curriculum of Basic education. And from that National Law, other documents have been created in order to assist the pedagogical practice of teachers. Thus, this research aims to present and discuss the major laws and documents governing the school Physical Education.*

Keywords. *physical education; law; guidelines.*

Resumo. *A evolução histórica da Educação Física foi marcada pelas fortes influências recebidas de outras áreas, as quais contribuíram para o seu atual conceito como componente curricular. Na década de 90, com a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Física passou a ser considerada um componente curricular obrigatório da Educação Básica. E a partir dessa Lei Nacional, foram criados outros documentos visando auxiliar a prática pedagógica desses professores. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivos apresentar e discutir as principais Leis e Documentos que regem a Educação Física escolar.*

Palavras-chave. *educação física; leis; diretrizes.*

1. Introdução

A função da escola é transmitir cultura de uma geração para a outra, respeitando o nível de desenvolvimento de cada um e prezando o bem-estar dos alunos (OLIVEIRA, BETTI E OLIVEIRA, 1988).

Podemos considerar que, enquanto cidadãos, todos têm direito a educação. Portanto, a Educação Física ao ser considerada componente curricular obrigatório, a partir da LDBEN nº. 9.394/96, todos os alunos da Educação Básica devem participar dessas aulas independente de cor, raça, etnia e classe social (DARIDO e RANGEL, 2005).

A Educação Física, de acordo com Barni e Schneider (2003), é uma fonte de conhecimento necessário para a construção de um novo cidadão, mais completo, mais integrado e consciente de seu papel na sociedade que está inserido.

Para que essa disciplina possa atingir os seus reais objetivos, ela precisa estar pautada nas diretrizes da educação brasileira. Portanto, apresentaremos a seguir as principais Leis e Documentos que regem a Educação Física escolar.

2. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

O processo de discussão acerca das Diretrizes e Bases da Educação Nacional iniciou-se na Constituição de 1946, por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 4.024/61, que garantiu o compromisso político de ampliar a educação obrigatória de quatro para seis anos (BRASIL, 1961).

De acordo com Saviani (1999), em 1964 acontece o golpe militar, entendido pelos setores econômicos como necessário à manutenção da ordem socioeconômica, que se sentia ameaçada pelos movimentos contrários ao regime político dominante daquela época. O autor complementa que a nova situação exigia adequações no âmbito educacional, porém o governo militar considerou desnecessário editar, por completo, uma nova LDB.

No início da década de 70, para garantir a continuidade da ordem socioeconômica, após diversas discussões, surge a Lei n. 5.692/71 que conservou alguns aspectos da Lei anterior, modificando o ensino primário e ensino médio, que passaram a se denominar Ensino de 1º Grau e Ensino de 2º Grau. Além disso, a partir dessa Lei a obrigatoriedade escolar foi ampliada de quatro para oito anos de duração, importante fator da ampliação do Ensino Fundamental (BRASIL, 1971).

Durante os anos 80 e 90, o Brasil deu passos significativos para universalizar o acesso ao Ensino Fundamental obrigatório, melhorando o fluxo de matrículas e investindo na qualidade de aprendizagem desse nível escolar. Mais recentemente, agregam-se a esse esforço o aumento da oferta de Ensino Médio e de Educação Infantil nos sistemas públicos.

O marco político-institucional desse processo foi a nova LDBEN, sancionada em 20 de dezembro de 1996 sob o nº. 9.394/96.

A nova LDBEN promoveu importantes mudanças, dentre elas: integração da Educação Infantil e do Ensino Médio como etapas da Educação Básica; introdução de um paradigma curricular novo no qual os conteúdos constituem meios para que os alunos da Educação Básica possam desenvolver capacidades e constituir competências; flexibilidade, descentralização e autonomia da escola associadas à avaliação de resultados (BRASIL, 1996).

Em relação a Educação Física, o parágrafo 3º do artigo 26 estabelece que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

A Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, a Educação Física passa a ser exercida desde as creches até a terceira série do Ensino Médio.

Segundo Ferreira (2000) a Educação Física, na lei atual, está integrada a proposta pedagógica da escola, podendo ser oferecida no mesmo horário das demais disciplinas ou separadamente.

3. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a) integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), que estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, o Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998a) tem como objetivo auxiliar o professor na realização de seu trabalho educativo junto às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Este documento é fruto de um amplo debate nacional e representa um avanço na Educação Infantil ao buscar soluções educativas para a superação da tradição assistencialista das creches e da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas (BRASIL, 1998a).

O RCN para a Educação Infantil é composto por três documentos: 1-) Introdução; 2-) Formação Pessoal e Social; 3-) Conhecimento de Mundo.

O volume 3 referente ao Conhecimento de Mundo é composto por 6 documentos: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e escrita, Natureza e Sociedade e, Matemática.

A seguir, será apresentado o documento referente as atividades de Movimento para a Educação Infantil realizando uma ponte com as aulas de Educação Física para essa faixa etária.

Segundo o RCN a presença do movimento na Educação Infantil é de grande importância para as crianças (BRASIL, 1998a). Em grande parte dos municípios, essas atividades são ministradas pelos professores polivalentes e não por profissionais de Educação Física.

O movimento, em algumas instituições é mal interpretado, sendo desvalorizado dentro das creches e pré-escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade. Muitas vezes, as crianças são expostas a um tempo muito rigoroso de silêncio, ordem e nenhum movimento. Levantar da carteira ou caminhar pela sala são entendidos como gestos de bagunça ou desordem. Assim, o aspecto motor da criança é incontinuo e desvalorizado (BRASIL, 1998a).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo (BRASIL, 1998a, p.15).

Dessa forma, o trabalho com movimento na Educação Infantil deve contemplar a multiplicidade das funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento dos aspectos específicos da motricidade infantil, abrangendo atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança, bem como, a reflexão acerca das posturas corporais presentes nas atividades cotidianas (BRASIL, 1998a).

Os conteúdos apresentados no RCN foram organizados em dois blocos: 1-) Expressividade e 2-) Equilíbrio e Coordenação.

Segundo Brasil (1998a, p.15) “a organização dos conteúdos, para o trabalho com movimento deverá respeitar as deferentes capacidades das crianças em cada faixa etária, bem como as diversas culturas corporais presentes nas muitas regiões”.

3.1 Expressividade

A expressividade subjetiva do movimento, segundo o Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998a, p.34) “deve ser contemplada e acolhida em todas as situações do dia-a-dia nas instituições de Educação Infantil, possibilitando que as crianças utilizem gestos, posturas e ritmos para se expressar e se comunicar”.

Dessa forma, devemos valorizar a criança em todos os seus aspectos cultivando em si e explorando o caráter da intencionalidade e da criação, fazendo gestos, modificando e interpretando seus significados (BRASIL, 1998a).

Os conteúdos trabalhados nesse bloco deverão envolver: brincadeiras de roda, mímicas, brincadeiras de faz-de-conta, danças circulares, etc. É muito importante, nesse nível de ensino, trabalharmos com brincadeiras que envolvam o canto e o movimento ao mesmo tempo (BRASIL, 1998a).

Assim, o professor como mediador, deve ministrar atividades que incentivem as crianças a explorarem os vários ritmos, espaços, movimentos, intensidades, etc.

3.2 Equilíbrio e Coordenação

O segundo bloco de conteúdos apresentado no RCN (BRASIL, 1998a) refere-se ao equilíbrio e coordenação. De acordo com esse documento, as instituições de Educação Infantil devem valorizar os jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças.

Com as crianças de 0 a 3 anos de idade pode-se trabalhar com a exploração de diferentes posturas corporais, com a ampliação progressiva da destreza para deslocar-se no espaço e, com o aperfeiçoamento dos gestos. Já as crianças de 4 a 6 anos, Brasil (1998a) sugere brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, escorregar, etc.; a manipulação de diversos materiais e objetos e; a utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades básicas.

O professor, de acordo com o Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998a, p.39) “deve refletir sobre as solicitações corporais das manifestações da motricidade infantil, compreendendo seu caráter lúdico expressivo”. Além disso, o professor necessita organizar o ambiente com materiais que propiciem a descoberta e exploração do movimento.

Os conteúdos relacionados às atividades de movimento devem estar inseridos na rotina das instituições de Educação Infantil. E acreditamos que para um melhor desenvolvimento das diferentes habilidades nessas atividades, elas deveriam ser ministradas por professores graduados em Educação Física.

É importante ressaltarmos que não estamos desmerecendo o trabalho dos pedagogos. Eles, obviamente, têm competência para desenvolver os conteúdos de movimento na Educação Infantil. Porém, a inserção de professores de Educação Física nesse nível de ensino, é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de ensino, para a ampliação do campo de trabalho e para a valorização desses profissionais.

4. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados pelo Ministério da Educação visando auxiliar o trabalho dos professores das diferentes disciplinas do Ensino Fundamental e Médio.

Esses Parâmetros foram produzidos no contexto das discussões pedagógicas mais atuais, e o propósito do Ministério da Educação, ao consolidar os PCNs, é apontar metas de qualidade que ajudem a formação de um aluno participativo, reflexivo, autônomo e conhecedor de seus direitos e deveres. É importante ressaltar que esses documentos são abertos e flexíveis, podendo ser adaptado à realidade de cada região (BRASIL, 2001).

A seguir, apresentaremos os documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio referentes a Educação Física.

4.1 PCNs para o Ensino Fundamental

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental apontam que o trabalho de Educação Física nesse nível de ensino é muito importante, pois possibilita aos alunos desenvolverem habilidades corporais e de participar de atividades envolvendo, como por exemplo, jogos, esportes, lutas, ginástica e dança proporcionam lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções (BRASIL, 2001).

Esse documento, segundo Brasil (2001, p.15):

Traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos.

A proposta dos PCNs (BRASIL, 2001) entende a Educação Física como uma cultura corporal, ou seja, como conhecimentos, representações e formas de expressão que se transformam ao longo do tempo. Dentre as produções dessa cultura corporal, algumas foram incorporadas pela Educação Física em seus conteúdos: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta.

Durante muitas décadas a Educação Física tem buscado um recorte epistemológico próprio. Por isso, a Educação Física escolar não pode estar relacionada a aptidão física e ao rendimento padronizado. Hoje, precisamos enfatizar que, no ambiente escolar, uma Educação Física voltada ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos (BRASIL, 2001).

Ao analisarmos as características da Educação Física escolar notamos que nenhum aluno pode ser privado dessas aulas, pois as danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado por todos. Segundo os PCNs (BRASIL, 2001, p.29) “o lazer e a disponibilidade de espaços para atividades lúdicas e esportivas são necessidades básicas e, por isso, direitos do cidadão”.

A partir dos conhecimentos adquiridos nas aulas de Educação Física os alunos podem aprender a dar valor a essas atividades e reivindicar o acesso a elas. Além disso, por meio dessa disciplina, é possível cultivar bons hábitos de alimentação, higiene e atividade corporal, bem como, possibilitar a análise crítica de alguns valores sociais, tais como os padrões de beleza e saúde, ética do esporte profissional e sobre a questão de gênero (BRASIL, 2001).

Ainda hoje, a Educação Física é trabalhada de forma tradicional envolvendo a repetição de gestos estereotipados em muitas escolas brasileiras. Isso provoca o desinteresse de alguns alunos em participar dessas aulas. Portanto, os professores precisam elaborar aulas com conteúdos capazes de proporcionar aos indivíduos a capacidade de refletirem “sobre suas potencialidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada” (BRASIL, 2001, p.33).

Dessa forma, os PCNs (BRASIL, 2001) apresentam como objetivos gerais para Educação Física no Ensino Fundamental fazer com que o aluno seja capaz de: participar de

atividades corporais, respeitando as diferenças físicas e pessoais de cada um; respeitar e ser solidário com os amigos; conhecer e valorizar as diferentes manifestações culturais e as diferentes pessoas de diferentes grupos sociais; conhecer ambientes saudáveis e se portar de forma higiênica, conhecendo condições dignas; conhecer padrões de beleza e estética, dentro da cultura evitando o preconceito gerado pela mídia; conhecer e organizar locais para que sejam promovidas atividades corporais de lazer, tendo respeito com o cidadão.

Ao contrário das outras áreas de conhecimento, a Educação Física trata de questões ligadas ao corpo e ao movimento. Portanto, essa proposta defende a concepção de aprendizagem que parte de situações globais e que exigem movimentos específicos precisos e sistematizados. Além disso, deve-se inserir a questão cultural, pessoal e social para que tenha um significado maior na área de Educação Física (BRASIL, 2001).

Os conteúdos apresentados nos PCNs (BRASIL, 2001) estão organizados em três blocos: 1-) Esportes, Jogos, Lutas e Ginástica; 2-) Atividades Rítmicas e Expressivas; 3-) Conhecimento sobre o corpo. Esses três blocos articulam-se entre si, tem vários conteúdos em comum, mas possuem certas especificidades.

A seguir abordaremos, sucintamente, cada um deles.

4.1.1 Esportes, Jogos, Lutas e Ginástica

Os conteúdos apresentados nesse bloco envolvem os esportes, os jogos, as lutas e a ginástica.

O jogo, segundo os PCNs (BRASIL, 2001), podem ser exercidos com um caráter competitivo, cooperativo ou recreativo. Ou seja, dependendo da situação os jogos podem ser utilizados como uma forma de confraternização, de atividades cotidianas, de passatempo ou de diversão. Assim, incluem-se entre os jogos: as brincadeiras regionais, os jogos de salão, de mesa, de tabuleiro, de rua e as brincadeiras infantis de modo geral.

Os esportes são considerados “práticas em que são adotadas regras de caráter oficial e competitivo, organizadas em federações regionais, nacionais, e internacionais que regulamentam a atuação amadora e a profissional” (BRASIL, 2001, p.48). Para que se possam praticar determinados esportes é necessário equipamentos específicos como campo, piscina, bicicleta, ginásio, rede, bolas, etc., bem como, condições espaciais apropriadas. São exemplos de esportes: futebol de campo, basquete, handebol, tênis de mesa, hóquei, beisebol, atletismo, natação, etc.

De acordo com os PCNs (BRASIL, 2001, p.49) as lutas “ são disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjulgado(s), mediante técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa”. Por isso, as lutas envolvem desde as brincadeiras, como por exemplo, o cabo de guerra e o braço de ferro, até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê.

Outro conteúdo apresentado nesse bloco é a ginástica. As ginásticas, segundo Brasil (2001), são técnicas de trabalho corporal que, de modo geral, assumem um caráter individualizado com finalidades diversas. Dentre essas finalidades encontramos: preparação para outras modalidades, relaxamento, manutenção ou recuperação da saúde, convívio social, recreação, competição, percepção do próprio corpo, etc.

Nesse primeiro bloco de conteúdos podemos também incluir as informações históricas das origens e características dos esportes, jogos, lutas e ginásticas, bem como, a valorização e apreciação dessas práticas.

4.1.2 Atividades Rítmicas e Expressivas

Dança é a expressão de diversos aspectos do homem através de movimentos que expressam a sua emoção e seu sentimento e são abordados fundamentos como ritmo, espaço e energia (SOARES et. al, 1992)

Assim, este bloco de conteúdos, de acordo com os PCNs (BRASIL, 2001, p.51) “inclui as manifestações da cultura corporal que têm como características comuns a intenção de expressão e comunicação mediante gestos e a presença de estímulos sonoros como referência para o movimento corporal”. Por isso, além das danças, também podemos ressaltar as brincadeiras cantadas.

Todas as culturas têm algum tipo de manifestação rítmica e expressiva. No Brasil, existe uma riqueza muito grande dessas manifestações, como por exemplo, as danças trazidas pelos africanos, pelos imigrantes, por povos da fronteira, etc. (DARIDO e SOUZA JUNIOR, 2007).

A diversidade cultural que caracteriza o nosso país tem na dança uma de suas expressões mais significativas e, portanto, promove um amplo leque de possibilidades de aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) apresentam uma lista de sugestões de danças e outras atividades rítmicas e expressivas que podem ser abordadas nas aulas de Educação Física. São elas: Danças Brasileiras (samba, baião, quadrilha, catira, etc.); Danças Urbanas (rap, funk, pagode, etc.); Danças Eruditas (clássicas, modernas, contemporâneas, etc.); Danças e coreografias associadas a manifestações musicais (olodum, timbalada, escolas de samba, trios elétricos, etc.); Brincadeiras de roda e cirandas.

Os conteúdos desse bloco são amplos, diversificados e podem variar de acordo com o local em que a escola estiver inserida. Além disso, por meio das danças e brincadeiras, os alunos poderão conhecer as qualidades do movimento expressivo (forte/fraco, rápido/lento, duração, intensidade, etc.), conhecer algumas técnicas de execução de movimentos, ser capazes de improvisar, de construir coreografias, e, por fim, de adotar atitudes de valorização e apreciação dessas manifestações expressivas (BRASIL, 2001).

4.1.3 Conhecimento do Corpo

O bloco de conteúdos referente ao conhecimento sobre o corpo envolve a compreensão de que o corpo é um organismo formado por partes, que tem sensações e sentimentos. Portanto, a compreensão dos aspectos anatômicos, fisiológicos, biomecânicos e bioquímicos são importantes para entender o corpo como um todo (BRASIL, 2001).

De acordo com Brasil (2001, p.46):

Este bloco diz respeito aos conhecimentos e conquistas individuais que subsidiam as práticas corporais expressas nos outros dois blocos e dão recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma.

Todos os conteúdos devem ser abordados, principalmente, a partir da percepção do próprio corpo, isto é, o aluno deverá, por meio das sensações, analisar e compreender as alterações que ocorrem em seu corpo durante e depois de fazer atividades. Dentre os conteúdos sugeridos pelos PCNs (BRASIL, 2001) encontramos: habilidades motoras; conhecimento sobre alguns processos metabólicos de produção de energia, eliminação e reposição de nutrientes básicos; compreensão sobre as alterações que ocorrem durante as

atividades físicas (frequência cardíaca, queima de calorias, aumento da massa muscular, da força e da flexibilidade, etc.); conhecimento referentes à estrutura muscular e óssea; etc.

Segundo os PCNs (BRASIL, 2001), também fazem parte deste bloco os conhecimentos sobre os hábitos posturais e atitudes corporais, como por exemplo: discutir a postura mais adequada para fazer determinada tarefa, observar e analisar as atitudes corporais, gestos e posturas de pessoas que vivem em outras regiões ou países, etc.

Podemos perceber, por meio dessa breve apresentação dos três blocos de conteúdos que todas as atividades sugeridas têm uma razão de ser, revelam a história do Brasil, identificam grupos e são repletas de significados.

Por isso, devemos estruturar as aulas de Educação Física de uma forma que o aluno aprenda a realidade de hoje, para que pensem no que querem e que saibam os resultados de todos esses conteúdos para a sua vida (SOARES et. al, 1992).

Darido e Souza Junior (2007) complementam que para facilitar a adesão dos alunos às práticas corporais é muito importante diversificar as vivências experimentadas nas aulas. E para garantir um ensino de qualidade, além de diversificar os conteúdos na escola, é preciso aprofundar os conhecimentos abordando diferentes aspectos que compõem as suas significações.

4.2 PCNs para o Ensino Médio

No Ensino Médio, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998b), o professor de Educação Física deverá dar continuidade ao que foi desenvolvido no Ensino Fundamental.

O aluno do Ensino Médio após frequentar, ao menos, onze anos de escolarização deve possuir sólidos conhecimentos sobre a cultura corporal. Dessa forma, nesse nível de ensino, a Educação Física deve pautar-se numa “melhor compreensão e utilização das formas de expressão utilizando gestos e movimentos, seus significados, suas técnicas e táticas” (BRASIL, 1998b, p.57).

Segundo os PCNs (BRASIL, 1998b), a Educação Física para o Ensino Médio tem como objetivo preparar o aluno como cidadão, aprimorar seus conhecimentos como pessoa humana, com formação ética, autonomia intelectual e crítica, tendo ampla visão dos conhecimentos tecnológicos e os processos teóricos e práticos. Além disso, essa disciplina deve fornecer aos alunos um parecer da importância das atividades físicas em seu cotidiano.

A atividade física no Ensino Médio deve chegar ao aluno com um objetivo e significado, tornando-se assim uma prática interessante e com fundamentos, para que o aluno venha a tornar isso como hábito saudável, assimilando-o como parte de seu cotidiano (BRASIL, 1998b).

Segundo Darido et. al. (1999), a Educação Física, nesse nível de ensino, deve oferecer aos alunos conhecimentos da cultura corporal de movimento buscando o desenvolvimento de uma análise crítica sobre o assunto. Esse conhecimento deverá ser vivenciado objetivando o lazer, saúde, bem-estar e a expressão de sentimentos.

Os cidadãos que sairão do Ensino Médio para as ruas, devem ter consciência da importância de seu papel dentro da sociedade. Com isso, após todo o período escolar o indivíduo deve estar ciente da cultura corporal e de sua importância (BRASIL, 1998b).

O professor, por este motivo, deve estar sempre incentivando seus alunos a buscarem novos conhecimentos, assim como ele próprio deve conquistar novos horizontes e servir de exemplo, valorizando a si mesmo e dando cada vez mais prestígio a Educação Física dentro e fora do ambiente escolar, pois também fazemos parte do grupo que tem grande responsabilidade em formar cidadãos (BRASIL, 1998b).

A Educação Física não pode ser vista somente como forma de competição, na tentativa de engrandecer o país através do esporte. No ambiente escolar ele tem que ser aplicado de forma que integre todos os alunos nas atividades proposta pelo professor, possibilitando ao aluno perceber suas capacidades e dificuldades. O professor também deve propor aos alunos espaços alternativos para o desenvolvimento de habilidades em comum e abrir espaço para a opinião dos alunos, possibilitando uma interação aluno - professor, melhorando até mesmo a qualidade das aulas (BRASIL, 1998b).

Correia (1993 apud DARIDO et al., 1999) afirma que no Ensino Médio pode-se realizar o planejamento participativo, pois ele considera que serão outros os níveis de motivação e participação dos alunos dando assim maior valor a disciplina.

O corpo é a forma que o indivíduo tem para se comunicar, expressar, aprender, receber informações e transmitir suas idéias e opiniões. Portanto, a função do professor de Educação Física é estimular o aluno a utilizar seu corpo racionalmente, a estudá-lo, explorá-lo, enfim, a se conhecer e a gostar de si mesmo (BRASIL, 1998b).

É através dos desafios que o professor consegue explorar totalmente as capacidades do aluno, isso deve ser feito tanto em grupos quanto individualmente. Neste caso, o professor deve se posicionar como mediador de debates tentando assim extrair ao máximo o conhecimento do aluno, favorecendo a reflexão das respostas e dos pensamentos e atribuindo-lhes significado (BRASIL, 1998b).

Ao término do Ensino Médio, segundo os Parâmetros Curriculares, o aluno do deverá estar apto a ter uma boa qualidade de vida, e seguro de seus conhecimentos sobre seu corpo, das necessidades dele e da importância de sua manutenção (BRASIL, 1998b).

5. Considerações Finais

O presente trabalho buscou apresentar uma visão geral das Leis e Diretrizes que regem a Educação Física escolar com o intuito de oferecer aos profissionais dessa área a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos sobre as propostas educacionais que devem embasar as suas aulas.

Todos esses documentos apresentam os direitos, deveres, objetivos e finalidades da disciplina de Educação Física, bem como, indica meios para desenvolver conteúdos diversificados e apropriados para cada faixa etária. Isso não significa que o professor precisa “engessar” a sua criatividade, pelo contrário, todos esses documentos afirmam que os mesmos têm como objetivo auxiliar o trabalho dos professores.

A Educação Física escolar foi modificando-se ao longo do tempo. No início ela sofreu influência militar e médica. Nesse período o objetivo era criar corpos saudáveis e fortes para lutarem nas guerras, bem como, manter a saúde e a higiene da população.

A partir da década de 80, a Educação Física sofreu um período de contradições, pois passou a refletir sobre novas estratégias de ensino visando formar a sua verdadeira identidade.

Porém, somente na década de 90, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, a Educação Física passou a ser considerada um componente curricular obrigatório da Educação Básica. E a partir dessa Lei Nacional, foram criados outros documentos visando auxiliar a prática pedagógica dos professores de Educação Física. Dentre eles podemos citar: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio.

Ao analisarmos esses documentos podemos perceber que, hoje, a visão de Educação Física é bem diferente das décadas passadas, principalmente, em relação aos conteúdos que devem ser trabalhados nos diferentes níveis de ensino.

A partir disso, podemos dizer que a Educação Física está mudando e está passando por grandes transformações em busca de um lugar de destaque junto aos demais componentes

curriculares. Por isso, ao conhecer as Leis e Documentos Nacionais, os professores estarão conquistando importantes ferramentas para a melhoria da sua prática pedagógica e, conseqüentemente, estarão adquirindo subsídios necessários para argumentar e questionar de forma coerente todas essas propostas.

Dessa forma, conhecer e ter acesso às Leis e Documentos significa um grande avanço para a nossa área, pois se a Educação Física quer realmente atingir os seus reais objetivos, todos os professores necessitam ter pleno conhecimento dos seus direitos e deveres, bem como, saber e entender tudo o que envolve a Educação Física escolar em termos de legislação educacional.

6. Referências

BARNI, Mara J.; SCHNEIDER, Ernani J. A Educação Física no Ensino Médio: relevante ou irrelevante? *Revista Leonardo Pós*, Blumenau, v. 1, n.3, p. 15-20, 2003. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev03-02.pdf>. Acesso em 25 de set. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 3ª ed., 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília. 1998b.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei n. 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. Leis, decretos, etc. *Lei n. 5.692/1971: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1971.

_____. Leis, decretos, etc. *Lei n. 4.024/1961: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1961.

DARIDO, Suraya C.; SOUZA JUNIOR, Osmar M. *Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DARIDO, Suraya C.; RANGEL, Irene C. A. *Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, Suraya C. GALVÃO, Zenaide; FERREIRA, Lílian Ap.; FIORIN, Giovanna. Educação Física no Ensino Médio: reflexões e ações. *Revista Motriz*. Vol. 5, nº. 02, dezembro, p. 198-145, 1999.

FERREIRA, Lílian A. *Reencantando o corpo na Educação Física: uma experiência com as práticas corporais alternativas no Ensino Médio*. 2000. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade). Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

OLIVEIRA, José G. M.; BETTI, Mauro; OLIVEIRA, Wilson M. *Educação Física e o ensino de 1º grau: uma abordagem crítica*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites perspectivas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

SOARES, Carmem L.; TAFFAREL, Celi N. Z.; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ESCOBAR, Micheli O.; BRACHT, Valter. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.